

HABEAS CORPUS Nº 501.235 - SP (2019/0088662-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : SEBASTIAO ZINSLY
ADVOGADO : SEBASTIÃO ZINSLY - SP121136
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO ALAN FERRAZ SANTOS (PRESO)

DECISÃO

BRUNO ALAN FERRAZ SANTOS alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2001317-38.2019.8.26.0000.

Todavia, da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído, visto que não há nos autos cópia integral da decisão que converteu a prisão temporária em custódia preventiva**, o que impossibilita a compreensão da tese aqui sustentada – ausência de motivação idônea para impor a cautela extrema.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga os documentos faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**